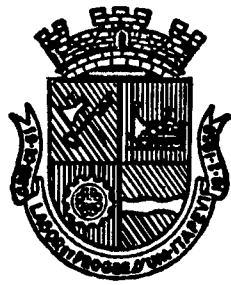


Autografado
009/94

CÂMARA MUNICIPAL



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 012/94

PROJETO Nº 012/94

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio
para execução de obras de infra-estrutura e
equipamentos urbanos."

1190/94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO Nº 548/94

Itapevi, 23 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Tem o presente por finalidade de comunicar a Vossa Excelência que o Autógrafo de Lei nº 12/94, originário do Projeto de Lei nº 06/94, de autoria desse Legislativo, inserido nos autos do processo administrativo nº 2.363/94, foi encaminhado ao arquivo, conforme solicitação dessa Colenda Casa de Leis, realizada por intermédio do Ofício nº 027/94, de 18 de maio de 1994.

Sendo o que se apresenta em razão do solicitado, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARANEZ
Prefeito

RECEBEMOS

24 / 05 / 94

SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor

VALTER FRANCISCO ANTONIO

DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.

LIDO EM PLENARIO
Sala das sessões 24 / 5 / 1994
Presidente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 09/94

Itapevi, 05 de abril de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio da presente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que se ja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo Projeto de Lei, cujo teor dispõe sobre autorização para que possa o Executivo firmar, com as pessoas interessadas, convênio para execução de obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Para viabilizar a análise da propositura em tela, impende esclarecer que o Município, por força de dispositivo constitucional, foi designado detentor de competência para instituir contribuição de melhoria (artigo 145, inciso III) — fato que não ocorreu pela primeira vez na Magna Carta em vigor, de 1988, mas sim naquela promulgada no ano de 1946.

A princípio, portanto, o nosso direito positivo autoriza que o Município utilize a contribuição de melhoria como instrumento de custeio da obra pública que traga melhoria ao imóvel do contribuinte.

Ocorre, todavia, que o presuposto de fato contido em lei para dar nascimento à obrigação tributária da espécie é representado pela obra executada pelo Poder Público, relacionada ao imóvel do contribuinte, que recebe melhoria, ou seja, o fato gerador da respectiva obrigação tributária é a execução material de projeto de engenharia, realizada pela Poder Público.

Assim sendo, o entendimento pacífico quanto ao momento da cobrança da contribuição de melhoria — para o qual se observa que a lei fiscal de alçada superior tem silenciado — é que a obrigação nasce com o término da obra pública beneficiante.

A obrigatoriedade do posterior recolhimento do custeio da obra pública tem, claramente, inviabilizado maiores conquistas por parte dos Municípios, que não possuem, em seus cofres, os valores totais necessários à execução das obras, sobretudo valores que possam ser dispendidos para posterior reposição.

.../...

RECEBEMOS

05 / 04 / 94

Marcelo
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

fl.02

Visando solucionar o impasse gerado pela ausência de verbas, os Municípios estão, hoje, buscando a realização de programas específicos, que visam suprir a ausência inicial de quantias vultosas, que, por inexistentes, tornam inoperante o sistema anteriormente utilizado.

Em Itapevi — Município que vem buscando não somente a realização de programas destinados a suprir a ausência de obras públicas, mas também a inserção, na comunidade, de atendimento básico em todas as espécies de serviço público, visando repor quinze anos de completo abandono — o trabalho desenvolvido pelo CODESI - Conselho de Desenvolvimento de Itapevi já está surtindo efeitos, sendo inclusive reconhecido em toda a região.

O Projeto de Lei em pauta é mais um fruto colhido pela Administração em face dos trabalhos realizados pelo CODESI, que tem elaborado todos os estudos em função das necessidades e intenções apresentadas pela comunidade, que tem demonstrado plena confiança no profissionalismo hoje existente na Administração do Município.

Na presente data, já é possível, até, configurar a credibilidade e a aceitação do Projeto por parte da população — o Município não é detentor de dinheiro suficiente à realização das obras; mas tem equipamentos e mão-de-obra para viabilizar a execução de muitos melhoramentos públicos, e está colocando-os à disposição da comunidade itapeviense, possibilitando a realização de obras diversas pela força do empreendimento comum entre Governo/Municípios. A presença constante de empresários e habitantes do Município nas reuniões do CODESI, bem como o interesse por estes demonstrado, confirmam a certeza na viabilidade do Projeto.

Considerado, pelo teor da presente exposição, o relevante interesse público existente na aprovação da medida pretendida, dou à matéria o caráter de urgência, solicitando seja a apreciação efetivada em conformidade com a prerrogativa inserida no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 012/94

(Autoriza o Poder Executivo a celebrar con
vênio para execução de obras de infra-es
trutura e equipamentos urbanos)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do
Município de Itapevi, Estado de
São Paulo, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal
de Itapevi aprovou e ele sanciona
e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado
a firmar, com as pessoas interessadas, convênio para exe
cução de obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Art. 2º Do convênio firmado deverão cons
tar as obrigações das partes conveniadas, sendo:

I — A Municipalidade obrigar-se-á no for
necimento de:

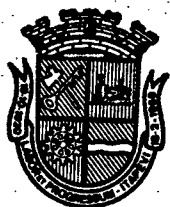
- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total do custo da obra;
- c) equipamentos para execução;
- d) mão-de-obra.

II — As pessoas interessadas obrigar-se-ão
em:

a) doar o material necessário para a
execução do objeto do convênio, no montante estipulado no me
morial descritivo da obra respectiva;

b) Determinar a cota de participação
de cada interessado, arrecadar e administrar a quantia aufe
rida, de forma a possibilitar a aquisição do material e sua
entrega ao Município em tempo hábil, conforme cronograma es
tabelecido;

c) Eleger pessoa responsável pela re
presentação dos interessados perante o Município, a qual es
te se reportará para efetivação da obra, nos termos do ins
trumento do convênio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3º Para lavratura do termo de convênio, observar-se-á o seguinte procedimento:

I — Os interessados em aderir ao convênio, assim considerados aqueles que, de qualquer forma, serão beneficiados pela execução da obra, endereçarão requerimento ao CODESI - Conselho de Desenvolvimento de Itapevi, acompanhado de protocolo de intenções, por todos assinado, do qual constará, obrigatoriamente, a espécie de obra pretendida e o local de sua realização;

II — O CODESI submeterá a proposta à Secretaria de Obras do Município, para dizer da viabilidade técnica de execução da obra, indicar a necessidade de eventuais obras complementares e fornecer previsão de disponibilidade de meios para sua realização, relacionando as espécies de materiais necessárias e respectivas quantidades, com estimativa de custo;

III — Havendo parecer favorável da Secretaria de Obras do Município, os interessados manifestarão formal concordância no fornecimento dos materiais relacionados, para continuidade do procedimento;

IV — Com a concordância dos interessados, a Prefeitura elaborará os documentos descritos nos itens "a" e "b" do inciso I do artigo 2º desta Lei, preparatório do processo de lançamento da Contribuição de Melhoria, a ser cobrada dos proprietários beneficiados com a execução das obras;

V — Executadas as fases anteriores, lavrar-se-á o termo de convênio, do qual fará parte integrante o projeto final elaborado pela Secretaria de Obras.

Art. 4º As pessoas que aderirem ao convênio de que trata esta Lei estarão isentas da Contribuição de Melhoria a ser lançada para o local beneficiado.

Art. 5º Os proprietários de imóveis ligados à obra realizada, beneficiados em razão desta, que não aderirem ao convênio, serão tributados na forma da Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 7º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 05 de abril de 1994

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

A COMISSÃO DE MS. 01 e 02

Sala das sessões 05 10 4 1994

Presidente

APROVADO em 1ª e 2ª Discussão

Sala das sessões 05 10 4 1994

Presidente

APROVADO em 1ª Discussão

Sala das sessões 05 10 4 1994

Presidente

APROVADO em 2ª Discussão

Sala das sessões 05 10 4 1994

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 e 02 AO PROJETO DE LEI Nº 12/93

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao Mérito a propositura é louvável, eis que, aprovada, virá beneficiar em grande escala de nossa população.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer, concedendo clamando os nobres companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05 de abril de 1.994..

COMISSÃO 01

DR. HERMOGENEZ JOSÉ SANT' ANNA

JOÃO FERREIRA DO MONTE

MARIA RUTH BANHOLZER

LAFAIETE RODRIGUES

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

SERGIO MONTANHEIRO

GEONE XAVIER PEREIRA

MANOEL VIANA FILHO

VITAL PONCIANO DOS REIS



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 e 02 AO PROJETO DE LEI Nº 12/93

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao Mérito a propositura é louvável, eis que, aprovada, virá beneficiar em grande escala de nossa população.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer, con clamando os nobres companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05 de abril de 1.994.

COMISSÃO 01

DR. HERMOGENEZ JOSÉ SANT' ANNA

JOÃO FERREIRA DO MONTE

MARIA RUTH BANHOLZER

LAFAIETE RODRIGUES

JADIR FRANCISCO DE SOUZA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

SÉRGIO MONTANHEIRO

GEONE XAVIER PEREIRA

MANOEL VIANA FILHO

VITAL PONCIANO DOS REIS



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O N º 009/94

(PROJETO DE LEI Nº 012/94-DO EXECUTIVO)

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas, APROVA A SEGUINTE LEI:

(Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio para execução de obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos)

Art.1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, com as pessoas interessadas, convênio para execução de obras de infra-estrutura e equipamentos Urbanos.

Art.2º- Do convênio firmado deverão constar as obrigações das partes conveniadas, sendo:

I- A Municipalidade obrigar-se-á no fornecimento de:

- A) memorial descritivo do Projeto;
- b) orçamento total do custo da obra;
- c) equipamentos para execução;
- d) mão de obra.

II- As pessoas interessadas obriga-se-ão em:

a) doar o material necessário para a execução do objeto do convênio, no montante estipulado no memorial descritivo da obra respectiva;

b) Determinar a cota de participação de cada interessado, arrecadar e administrar a quantia auferida, de forma a possibilitar a aquisição do material e sua entrega ao Municipio em tempo hábil, conforme cronograma estabelecido;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

C) Eleger pessoa responsável pela representação dos interessados perante o Município, a qual este se reportará para efetivação da obra, nos termos do instrumento do convênio.

Art.3º- Para lavratura do termo de convênio, observar-se-á o seguinte procedimento:

I- Os interessados em aderir ao convênio, assim considerados aqueles que, de qualquer forma, serão beneficiados pela execução da obra, endereçarão requerimento ao CODESI-Conselho de Desenvolvimento de Itapevi, acompanhado de protocolo de intenções, por todos assinados, do qual constatará, obrigatoriamente, a espécie de obra pretendida e o local de sua realização;

II- O CODESI submeterá a proposta à Secretaria de obras do Município, para dizer da viabilidade técnica de execução da obra, indicar a necessidade de eventuais obras complementares e fornecer previsão de disponibilidade de meios para sua realização, relacionando as espécies de materiais necessários e respectivas quantidades, com estimativa de custo;

III-Hávido parecer favorável da Secretaria de obras do Município, os interessados manifestarão formal concordância no fornecimento dos materiais relacionados, para continuidade do procedimento;

IV- Com a concordância dos interessados, a Prefeitura elaborará os documentos descritos nos itens "a" e "b" do inciso I do artigo 2º desta Lei, preparatório do processo de lançamento da contribuição de melhoria, a ser cobrada dos proprietário beneficiados com a execução das obras;

V- Executadas as fases anteriores, lavrar-se-á o termoe de convênio, do qual fará parte integrantes o Projeto final.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

elaborado pela Secretaria de obras.

ART. 4º- As pessoas que aderirem ao convênio de que trata esta Lei estarão isentas da Contribuição de Melhorias a ser lançada para o local beneficiado.

ART. 5º- Os Proprietários de imóveis lindeiros à obra realizada, beneficiados em razão desta, que não aderirem ao convênio, serão tributados na forma da Lei.

ART. 6º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

ART. 7º- A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI, 06 DE ABRIL DE 1.994.

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO


PRESIDENTE

NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

1ª- SECRETÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo - 012/94
Projeto - 012/94

LEI Nº 1.190, DE 08 DE ABRIL DE 1994

(Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio para execução de obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos)

JOÃO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, com as pessoas interessadas, convênio para execução de obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

Art. 2º — Do convênio firmado deverão constar as obrigações das partes conveniadas, sendo:

I — A Municipalidade obrigará-se ao fornecimento de:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total do custo da obra;
- c) equipamentos para execução;
- d) mão-de-obra.

II — As pessoas interessadas obrigam-se em:

a) doar o material necessário para a execução do objeto do convênio, no montante estipulado no memorial descritivo da obra respectiva;

b) determinar a cota de participação de cada interessado, arrecadar e administrar a quantia auferida, de forma a possibilitar a aquisição do material e sua entrega ao Município em tempo hábil, conforme cronograma estabelecido;

c) eleger pessoa responsável pela representação dos interessados perante o Município, a qual este se reportará para efetivação da obra, nos termos do instrumento do convênio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3º — Para lavratura do termo de convênio, observar-se-á o seguinte procedimento:

I — Os interessados em aderir ao convênio, assim considerados aqueles que, de qualquer forma, serão beneficiados pela execução da obra, endereçarão requerimento ao CODESI - Conselho de Desenvolvimento de Itapevi, acompanhado de protocolo de intenções, por todos assinado, do qual constará, obrigatoriamente, a espécie de obra pretendida e o local de sua realização;

***II** — O CODESI submeterá a proposta à Secretaria de Obras do Município, para dizer da viabilidade técnica de execução da obra, indicar a necessidade de eventuais obras complementares e fornecer previsão de disponibilidade de meios para sua realização, relacionando as espécies de materiais necessárias e respectivas quantidades, com estimativa de custo;

III — Havendo parecer favorável da Secretaria de Obras do Município, os interessados manifestarão formal concordância no fornecimento dos materiais relacionados, para continuidade do procedimento;

IV — Com a concordância dos interessados, a Prefeitura elaborará os documentos descritos nos itens "a" e "b" do inciso I do artigo 2º desta Lei, preparando o processo de lançamento da Contribuição de Melhoria, a ser cobrada dos proprietários beneficiados com a execução das obras;

V — Executadas as fases anteriores, lavrar-se-á o termo de convênio, do qual fará parte integrante o projeto final elaborado pela Secretaria de Obras.

Art. 4º — As pessoas que aderirem ao convênio de que trata esta Lei estarão isentas da Contribuição de Melhoria a ser lançada para o local beneficiado.

Art. 5º — Os proprietários de imóveis lindeiros à obra realizada, beneficiados em razão desta, que não aderirem ao convênio, serão tributados na forma da Lei.

Art. 6º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 7º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 08 de abril de 1994

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, aos 08 de abril de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete